

28/05/2014

PLENÁRIO

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 237 SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
AGTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES  
ADV.(A/S) : JEAN CHRISTIAN WEISS E OUTRO(A/S)  
AGDO.(A/S) : RELATOR DO RMS N° 32.704 NO SUPERIOR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E M E N T A: ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (CF, ART. 102, § 1º) – AÇÃO ESPECIAL DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL – PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE (LEI N° 9.882/99, ART. 4º, § 1º) – EXISTÊNCIA DE OUTRO MEIO APTO A NEUTRALIZAR A SITUAÇÃO DE LESIVIDADE QUE ALEGADAMENTE EMERGE DOS ATOS IMPUGNADOS – INVIABILIDADE DA PRESENTE ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO – PRECEDENTES – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

– O ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental rege-se pelo princípio da subsidiariedade (Lei nº 9.882/99, art. 4º, § 1º), a significar que não será ela admitida, sempre que houver qualquer outro meio juridicamente idôneo apto a sanar, com efetividade real, o estado de lesividade emergente do ato impugnado. Precedentes.

A mera possibilidade de utilização de outros meios processuais, contudo, não basta, só por si, para justificar a invocação do princípio da subsidiariedade, pois, para que esse postulado possa legitimamente incidir – impedindo, desse modo, o acesso imediato à arguição de descumprimento de preceito fundamental – revela-se essencial que os instrumentos disponíveis mostrem-se capazes de neutralizar, de maneira eficaz, a situação de lesividade que se busca obstar com o ajuizamento desse “writ” constitucional.

**ADPF 237 AGR / SC**

– **A norma inscrita** no art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99 – **que consagra o postulado da subsidiariedade** – **estabeleceu, *validamente***, sem qualquer ofensa ao texto da Constituição, pressuposto **negativo** de admissibilidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental, **pois condicionou, *legitimamente***, o ajuizamento dessa **especial** ação de índole constitucional à **observância** de um **inafastável** *requisito de procedibilidade*, **consistente na ausência** *de qualquer outro* meio processual **revestido** de aptidão para fazer cessar, *prontamente*, a situação de lesividade (**ou** de potencialidade danosa) decorrente do ato impugnado.

**ACÓRDÃO**

**Vistos, relatados e discutidos** estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Plenária**, sob a Presidência do Ministro Joaquim Barbosa, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em negar provimento** ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Brasília, 28 de maio de 2014.

**CELSO DE MELLO – RELATOR**

28/05/2014

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 237 SANTA CATARINA**

**RELATOR** : **MIN. CELSO DE MELLO**  
**AGTE.(S)** : **PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
**ADV.(A/S)** : **JEAN CHRISTIAN WEISS E OUTRO(A/S)**  
**AGDO.(A/S)** : **RELATOR DO RMS N° 32.704 NO SUPERIOR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

RELATÓRIO

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Trata-se** de “agravo regimental” interposto **contra** decisão que **não conheceu** da ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada pela parte ora agravante **e que julgou prejudicado**, em consequência, o exame do respectivo pedido de medida liminar.

**O fundamento em que se apoiou a decisão ora agravada refere-se à incidência, na espécie, do pressuposto negativo de admissibilidade, resultante da aplicação, ao caso ora em exame, do princípio da subsidiariedade, que atua como causa obstativa do ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental.**

**A decisão, objeto do presente recurso de agravo, está, em síntese, assim fundamentada:**

*“(...) a arguição de descumprimento de preceito fundamental somente poderá ser utilizada, se se demonstrar que, por parte do interessado, houve o prévio exaurimento de outros mecanismos processuais, previstos em nosso ordenamento positivo, capazes de*

**ADPF 237 AGR / SC**

*fazer cessar a situação de lesividade ou de potencialidade danosa resultante dos atos estatais questionados.*

*Como precedentemente enfatizado, o princípio da subsidiariedade – que rege a instauração do processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental – **acha-se consagrado** no art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, **que condiciona**, o ajuizamento dessa especial ação de índole constitucional, **à ausência de qualquer outro meio processual apto a sanar, de modo eficaz, a situação de lesividade indicada pelo autor.***

*Trata-se de requisito de procedibilidade que pode ser validamente instituído pelo legislador comum, em ordem a **condicionar** o exercício do direito de ação, **sem** que a fixação de tais requisitos condicionantes caracterize **situação de inconstitucionalidade.***

*O legislador, ao dispor sobre a disciplina formal desse novo instrumento processual, **previsto** no art. 102, § 1º, da Carta Política, **estabeleceu**, no art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, **que não será admitida** a arguição de descumprimento de preceito fundamental, **'quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade'** (grifei).*

*É claro que a mera possibilidade de utilização de outros meios processuais **não basta**, só por si, para justificar a invocação do princípio da subsidiariedade, **pois**, para que esse postulado possa **legitimamente incidir, revela-se essencial** que os instrumentos disponíveis **mostrem-se aptos a sanar, de modo eficaz, a situação de lesividade.***

*Isso significa, portanto, que o princípio da subsidiariedade **não pode** – e não deve – ser invocado **para impedir** o exercício da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental, **eis que** esse instrumento **está vocacionado a viabilizar, numa dimensão estritamente objetiva, a realização jurisdicional** de direitos básicos, de valores essenciais e de preceitos fundamentais **contemplados** no texto da Constituição da República.*

*Se assim não se entendesse, a **indevida aplicação** do princípio da subsidiariedade **poderia** afetar a utilização dessa **relevantíssima** ação de índole constitucional, **o que representaria,***

**ADPF 237 AGR / SC**

*em última análise, a inaceitável frustração do sistema de proteção, instituído na Carta Política, de valores essenciais, de preceitos fundamentais e de direitos básicos, com grave comprometimento da própria efetividade da Constituição.*

*Daí a prudência com que o Supremo Tribunal Federal deve interpretar (e tem interpretado!) a regra inscrita no art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, em ordem a permitir que a utilização da nova ação constitucional possa, efetivamente, prevenir ou reparar lesão a preceito fundamental causada por ato do Poder Público.*

*Essa, porém, não é a situação que se registra na presente causa, eis que o ora arguente dispõe de meio processual idôneo, capaz de afastar, de maneira efetiva e real, a situação de suposta lesividade que por ele é ora denunciada neste processo.*

*É de registrar que o Estado de Santa Catarina, valendo-se da medida de contracautela fundada tanto na Lei nº 8.437/92 quanto na Lei nº 12.016/09, conseguiu paralisar, em parte, a eficácia do ato que ordenava, ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, a realização imediata de sessão destinada a escolher magistrado para efeito de provimento de cargo de Desembargador naquela Corte estadual (SL 525/SC, Rel. Min. CEZAR PELUSO).*

*De outro lado, também se mostra possível a utilização de medidas cautelares, no âmbito do E. Superior Tribunal de Justiça, relativamente aos embargos de declaração já opostos ao acórdão com que aquela Alta Corte judiciária negou provimento a recursos de agravo deduzidos pelo Estado de Santa Catarina, por Jânio de Souza Machado e por Henry Goy Petry Júnior e outros.*

*Cabe acentuar, ainda, que, mesmo em sede de recurso extraordinário, tornar-se-á processualmente lícito, à parte sucumbente, valer-se de instrumentos cautelares destinados a neutralizar a lesividade (supostamente) provocada pelo ato judicial impugnado, inibindo e obstando, assim, a produção de efeitos pretensamente lesivos gerados pela decisão questionada.*

*Essa possibilidade, que não é meramente teórica, encontra fundamento em iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RTJ 174/437-438, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RTJ 198/893, Rel. p/ o acórdão Min. GILMAR MENDES – AC 2.181-QO/GO,*

**ADPF 237 AGR / SC**

Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – AC 2.902-AgR/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, v.g.):

.....  
*No caso destes autos, ante a exposição objetiva dos fatos e fundamentos jurídicos do pedido, mostra-se evidente, como já referido, **que há outros meios processuais** – notadamente medidas de contracautela (Lei nº 8.038/90, art. 25) e provimentos cautelares fundados no poder cautelar geral – cuja utilização tornaria possível neutralizar, em juízo, **de maneira inteiramente eficaz**, o estado de suposta lesividade decorrente do ato ora impugnado, o que motivaria a formulação de juízo de incognoscibilidade da própria arguição de descumprimento de preceito fundamental.*

.....  
*Incide, na espécie, por isso mesmo, o pressuposto **negativo de admissibilidade** a que se refere o art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, **circunstância esta** que torna plenamente invocável, no caso, a cláusula da subsidiariedade, **que atua** – ante as razões já expostas – **como causa obstativa** do ajuizamento, perante esta Suprema Corte, da arguição de descumprimento de preceito fundamental.*

*Sendo assim, e tendo em consideração as razões invocadas, **não conheço** da presente ação constitucional, **restando prejudicado**, em consequência, **o exame** do pedido de medida liminar.”*

A parte ora agravante, **inconformada** com esse ato decisório, busca seja ele reformado, **apoiando-se**, para tanto, nos seguintes fundamentos:

*“Para o juízo discricionário de admissibilidade da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, com embasamento no princípio da subsidiariedade, esta Suprema Corte, já pacificou entendimento que não basta a mera existência de outros meios processuais disponíveis para que se obste o seu processamento.*

.....  
*(...) constata-se o cuidado e a vigilância com que a Suprema Corte tem tido para evitar que eventual interpretação restritiva ao art. 4º, §1º, da Lei 9.882/99, possa obstar a utilização*

**ADPF 237 AGR / SC**

*da ação constitucional da arguição de descumprimento de preceito fundamental efetivamente capaz de evitar lesão a preceito fundamental.*

*Busca-se, desse modo, o desapego a uma interpretação pontual e literal, com intuito de fazer prevalecer e assegurar a efetiva proteção de preceito fundamental, fim maior do regramento disposto no art. 102, § 1º da Constituição Federal e Lei 9.882/99.*

*Portanto, ainda nos casos em que exista a possibilidade de se impetrar outras espécies postulatórias, tem-se admitido o manejo da ação da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos casos em que a solução da controvérsia jurídica não seja resolvida com a mesma efetividade alcançada pela ADPF.*

*Neste sentido, entende o Agravante ressaltar o entendimento firmado por esta Corte, em caso semelhante a este, quando do julgamento da ADPF 79-MC, que teve por Relator o Eminentíssimo Ministro Cezar Peluso, que embora houvesse, na ocasião, a possibilidade de se postular concomitantemente outros instrumentos processuais de natureza constitucional, até mesmo de Recurso Extraordinário, de que em se tratando de controvérsia judicial, a ADPF é o meio mais adequado para se alcançar a efetividade, imediatividade e amplitude de maneira definitiva, pois 'em se tratando de decisões judiciais, não seria possível o manejo de qualquer ação de nosso sistema de controle concentrado'."*  
(grifei)

O Ministério Público Federal, por sua vez, **em parecer** da lavra da ilustre Vice-Procuradora-Geral da República, **aprovado** pelo eminente Chefe da Instituição, **ao opinar** nestes autos, **manifestou-se em fundamentado parecer que se acha assim ementado:**

*"Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Agravo. Decisão que considerou inobservado o princípio da subsidiariedade. Parecer pelo desprovimento do recurso."*  
(grifei)

**ADPF 237 AGR / SC**

**Por não me haver convencido** das razões expostas pela parte ora agravante, **submeto** à **apreciação do E. Plenário desta Suprema Corte o presente** recurso de agravo.

**É o relatório.**



28/05/2014

PLENÁRIO

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 237 SANTA CATARINA

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): **Entendo não assistir razão** à parte recorrente, **eis** que a decisão recorrida **ajusta-se, com integral fidelidade**, à orientação jurisprudencial firmada pela Suprema Corte no tema ora em análise.

**Ao proferir** a decisão ora agravada, **salientei** que se impunha examinar, *preliminarmente*, **se** se revelava admissível, *ou não*, **em face** do contexto ora em exame, a **presente** arguição de descumprimento de preceito fundamental, **considerado** o que prescreve o art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, **que assim dispõe**:

*“Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.” (grifei)*

O diploma legislativo em questão, **tal como tem sido reconhecido** por esta Suprema Corte (**RTJ** 189/395-397, *v.g.*), **consagra o princípio da subsidiariedade** – **ou**, como sustenta LUÍS ROBERTO BARROSO (“O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro”, p. 312, **item** n. 3.1.2, 5ª ed., 2011, Saraiva), **regra da subsidiariedade** –, **que rege** a instauração do processo objetivo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, **condicionando o ajuizamento dessa especial ação de índole constitucional à ausência** de qualquer **outro** meio processual **apto** a sanar, **de modo eficaz**, a **situação de lesividade** indicada pelo autor:

*“– O ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental rege-se pelo princípio da*

ADPF 237 AGR / SC

***subsidiariedade*** (Lei nº 9.882/99, art. 4º, § 1º), ***a significar*** que não será ela admitida, ***sempre*** que houver ***qualquer*** outro meio juridicamente ***idôneo*** apto a sanar, ***com efetividade real***, o estado de lesividade emergente do ato impugnado. ***Precedentes: ADPF 3/CE, ADPF 12/DF e ADPF 13/SP.***

A mera possibilidade de utilização de outros meios processuais, contudo, ***não basta***, só por si, para justificar a invocação do princípio da subsidiariedade, ***pois***, para que esse postulado possa ***legitimamente*** incidir – ***impedindo***, desse modo, o acesso ***imediate*** à arguição de descumprimento de preceito fundamental – ***revela-se essencial*** que os instrumentos disponíveis ***mostrem-se*** capazes de neutralizar, ***de maneira eficaz***, a situação de lesividade que se busca ***obstar*** com o ajuizamento desse ‘writ’ constitucional.

– A norma inscrita no art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99 – ***que consagra*** o postulado da subsidiariedade – ***estabeleceu***, validamente, ***sem*** qualquer ofensa ao texto da Constituição, pressuposto ***negativo*** de admissibilidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental, ***pois condicionou***, legitimamente, ***o ajuizamento dessa especial*** ação de índole constitucional, ***à observância*** de um ***inafastável*** requisito de procedibilidade, ***consistente na ausência*** de qualquer ***outro*** meio processual ***revestido*** de aptidão para fazer cessar, ***prontamente***, a situação de lesividade (ou de potencialidade danosa) decorrente do ato impugnado.”

(RTJ **184/373-374**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

***Na realidade***, a arguição de descumprimento de preceito fundamental ***somente*** poderá ser utilizada, ***se se demonstrar*** que, ***por parte do interessado***, houve o ***prévio*** exaurimento de ***outros*** mecanismos processuais, ***previstos*** em nosso ordenamento positivo, ***capazes de fazer cessar a situação de lesividade ou de potencialidade danosa*** resultante dos atos estatais questionados.

Como precedentemente enfatizado, ***o princípio da subsidiariedade*** – que rege a instauração do processo de arguição de descumprimento de

**ADPF 237 AGR / SC**

preceito fundamental – **qualifica-se** como *requisito de procedibilidade*, **que pode ser validamente instituído** pelo legislador comum, **em ordem a condicionar** o exercício do direito de ação, **sem** que a fixação de tais requisitos condicionantes caracterize **situação** de inconstitucionalidade.

O legislador, **ao dispor** sobre a disciplina formal desse instrumento processual, **previsto** no art. 102, § 1º, da Carta Política, **estabeleceu**, no art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, *que não será admitida* a arguição de descumprimento de preceito fundamental, “*quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade*” (grifei).

**É claro que a mera possibilidade** de utilização de **outros** meios processuais **não basta**, *só por si*, para justificar a invocação do princípio da subsidiariedade, **pois, para que esse postulado possa legitimamente incidir, revela-se essencial** que os instrumentos disponíveis **mostrem-se aptos a sanar, de modo eficaz**, a situação de lesividade.

**Dá a prudência** com que o Supremo Tribunal Federal **deve** interpretar (*e assim tem interpretado*) a regra inscrita no art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, **em ordem a permitir** que a utilização dessa ação constitucional possa, *efetivamente*, prevenir **ou** reparar lesão a preceito fundamental causada por ato do Poder Público.

Essa, *porém*, **não é a situação** que se registra na presente causa, **eis que** o ora arguente **dispunha**, quando do **ajuizamento** da presente ação, *de meio processual idôneo*, **capaz** de afastar, *de maneira efetiva e real*, a situação de *suposta* lesividade que por ele é ora denunciada **neste** processo.

**Impõe-se ressaltar**, *bem por isso*, **o preciso magistério** de ALEXANDRE DE MORAES (“Comentários à Lei nº 9.882/99 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, “in” “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: Análises à

**ADPF 237 AGR / SC**

Luz da Lei nº 9.882/99”, obra coletiva, p. 26/28, item n. 4, 2001, Atlas), **cuja análise do princípio da subsidiariedade torna evidente a inadmissibilidade**, na espécie, do presente “writ” constitucional:

*“A lei expressamente veda a possibilidade de arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.*

*Obviamente, esse mecanismo de efetividade dos preceitos fundamentais não substitui as demais previsões constitucionais que tenham semelhante finalidade, tais como o ‘habeas corpus’, ‘habeas data’; mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção; ação popular; ações diretas de inconstitucionalidade genérica, interventiva e por omissão e ação declaratória de constitucionalidade, desde que haja efetividade em sua utilização, isto é, sejam suficientes para evitar ou reparar a lesão a preceito fundamental causada pelo Poder Público.*

.....  
*Portanto, o caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental consiste na necessidade de prévio esgotamento de todos os instrumentos juridicamente possíveis e eficazes para fazer cessar ameaça ou lesão a preceito fundamental.*

.....  
*Exige-se, portanto, para a arguição de descumprimento de preceito fundamental, o esgotamento das vias judiciais ordinárias. Conforme salienta Konrad Hesse, em situação análoga do recurso constitucional alemão, ‘essa prescrição contém um cunho do princípio geral da subsidiariedade do recurso constitucional, que na jurisprudência recente ganha significado crescente. Segundo isso, o recurso constitucional só é admissível se o recorrente não pôde eliminar a violação de direitos fundamentais afirmada por interposição de recursos jurídicos, ou de outra forma, sem recorrer ao Tribunal Constitucional Federal.*

*Somente, de forma excepcional, poderá o Supremo Tribunal Federal afastar a exigência do prévio esgotamento judicial, quando*

**ADPF 237 AGR / SC**

*a demora para o esgotamento das vias judiciais **puder gerar prejuízo grave e irreparável para a efetividade dos preceitos fundamentais.***  
(grifei)

**Cabe destacar, neste ponto, o magistério da doutrina** (FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA, “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: Comentários à Lei nº 9.882, de 03/12/1999”, p. 164/169, 2004, Lumen Juris; WALTER CLAUDIUS ROTHENBURG, “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, “in” Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: Análises à Luz da Lei nº 9.882/99, obra coletiva, p. 225, item n. 7, 2001, Atlas; DANIEL SARMENTO, “Apontamentos sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, “in” Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: Análises à Luz da Lei nº 9.882/99, obra coletiva, p. 105, item n. 5, 2001, Atlas; PEDRO ROBERTO DECOMAIN, “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, “in” Revista Dialética de Direito Processual (RDDP), p. 94, item n. 5, novembro/2010), **valendo referir, ante a pertinência de suas observações, o preciso entendimento** de DIRLEY DA CUNHA JÚNIOR (“Controle de Constitucionalidade: Teoria e Prática”, p. 353, 5ª ed., 2011, JusPODIVM):

*“(…) De consequência, existindo, nas instâncias ordinárias, meio eficaz para afastar, pronta e definitivamente, a lesão a preceito fundamental, não se admitirá a arguição incidental. Mas assevere-se que não basta existir, teoricamente, o meio eficaz, pois é indispensável que ele, necessariamente, se apresente, no caso concreto, eficaz, a ponto de afastar imediatamente a lesão combatida. Vale dizer, não basta o cabimento do mandado de segurança ou da ação popular, se nestes ‘writs’ não for concedida a medida liminar suficiente a sanar, de logo, a lesividade do preceito fundamental.”* (grifei)

No caso destes autos, **ante a exposição objetiva** dos fatos e fundamentos jurídicos do pedido, **mostra-se evidente, como já referido, que há outros meios processuais** – notadamente **medidas de**

**ADPF 237 AGR / SC**

contracautela (Lei nº 8.038/90, art. 25) e providimentos cautelares fundados no poder geral de cautela – cuja utilização **tornaria possível** neutralizar, *em juízo*, **de maneira inteiramente eficaz**, o estado de **suposta** lesividade decorrente do ato ora impugnado, **o que motivaria** a formulação de juízo de incognoscibilidade da própria arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**Foi por essa razão** que o Supremo Tribunal Federal, **tendo em consideração o princípio da subsidiariedade**, **não** conheceu, **quer em sede plenária** (ADPF 3/CE, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – ADPF 18-AgR/CE, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – ADPF 141-AgR/RJ, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – ADPF 172-MC-REF/RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – ADPF 210-AgR/DE, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI), **quer** ainda, *em decisões monocráticas* (ADPF 12/DF, Rel. Min. ILMAR GALVÃO – ADPF 13/SP, Rel. Min. ILMAR GALVÃO), **de arguições** de descumprimento de preceito fundamental, **precisamente** por entender **que existiam**, *no contexto delineado naquelas ações*, **outros** meios processuais – **tais como** o mandado de segurança, a ação direta de inconstitucionalidade (por violação **positiva** da Carta Política), o “agravo regimental” e o recurso extraordinário (**que admitem**, *excepcionalmente*, a **possibilidade** de outorga cautelar de efeito suspensivo), **além** da reclamação (**que igualmente comporta** o deferimento de medida liminar) –, **todos eles aptos** a neutralizar a **suposta** lesividade dos atos impugnados.

**Daí a correta observação**, *a seguir reproduzida*, **que também acolho**, constante do duto parecer **oferecido** pelo Ministério Público Federal:

**“A decisão agravada não merece reparo.**

**8. Ela vem a ser corroborada por recente decisão** do Ministro Ayres Britto na SS 4.619 (j. 15/5/2012, DJe 97, de 17/5/2012), **que deferiu** ‘o pedido de suspensão da segurança concedida no RMS 32.704 e ratificada nos autos na MC nº 18.972, mas apenas **para determinar** que se reserve a vaga do impetrante,

**ADPF 237 AGR / SC**

*enquanto pendente o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário interposto’.*

9. É possível verificar, portanto, que a situação de suposta lesividade narrada pelo arguente, ora agravante, está efetivamente suspensa.

10. Sem prejuízo disso, há, ainda, recurso extraordinário interposto, ao qual, se admitido, poderá ser concedido efeito suspensivo. E o mesmo recurso, no mérito, tem o efeito de por fim à questão, e com repercussão geral.

11. Em outras palavras, o próprio Supremo Tribunal Federal já está sendo mobilizado, e o foi inclusive em oportunidades anteriores (SS 4.535 e SL 525), para enfrentar a matéria em foco, por meios processuais outros que não a ADPF, mas que se revelam eficazes para a solução do problema, tanto sob a ótica da imediatidade quanto da definitividade.

12. Conforme ressaltado em parecer apresentado na ADPF 224, mesmo que se argumente que o princípio da subsidiariedade envolve apenas as demais ações do controle concentrado de constitucionalidade, é indiscutível que a ADPF é ação de natureza marcadamente objetiva, razão por que sua admissão está vinculada ao ‘significado da solução da controvérsia para o ordenamento constitucional objetivo, e não à proteção judicial efetiva de situações singulares’ (ADPF 76/TO, Rel. Min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJ 13/02/2006; no mesmo sentido, ADPF 155-MC, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, decisão monocrática, DJe 235, divulg.10/12/2008).” (grifei)

Sabe-se, de outro lado, em face da regra de competência inscrita no art. 25 da Lei n. 8.038/90, que assiste, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, o poder de ordenar a suspensão de eficácia da liminar ou, até mesmo, a paralisação das consequências decorrentes da concessão do mandado de segurança, sempre que o exame da causa mandamental evidenciar, como no caso, que esta se apoia em fundamento jurídico de natureza constitucional (RTJ 141/719, Rel. Min. SYDNEY SANCHES).

**ADPF 237 AGR / SC**

**O Pleno** do Supremo Tribunal Federal, **pronunciando-se** sobre esse **específico** aspecto da questão, **deixou assentado** que, “*Diante da norma do art. 25, da Lei nº 8.038/1990, a competência para suspender a liminar concedida pelo relator do mandado de segurança, em Tribunal de Justiça, é do Presidente do Supremo Tribunal Federal, se o pedido tiver fundamentação constitucional, ou do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, se a fundamentação do pedido for de nível infraconstitucional*” (**SS 304-AgR/RS**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – grifei).

Esse entendimento **tem prevalecido** na jurisprudência desta Corte, **cujo magistério** considera **como dado processualmente relevante**, para efeito de aplicação do art. 25 da Lei nº 8.038/90, a **identificação** do elemento causal **pertinente** à ação de mandado de segurança (“*causa petendi*”), **pois o reconhecimento** da competência monocrática do Presidente do Supremo Tribunal Federal, **em tema de suspensão de liminar ou** de sustação do próprio ato concessivo do “*writ*” mandamental, **emerge** da circunstância de **apoiar-se, a impetração do remédio heroico, em fundamento constitucional**:

*“Tendo o pedido de mandado de segurança, por fundamento, matéria constitucional (...), o julgamento do requerimento da suspensão da liminar, nele deferida, cabe ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e não ao do Superior Tribunal de Justiça (art. 25 da Lei nº 8.038/90).”*

(**RTJ 153/53**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – grifei)

**Em suma**: o postulado da subsidiariedade, **considerados** os fundamentos que vêm de ser expostos, **impede o acesso imediato** da agremiação partidária ao mecanismo constitucional da arguição de descumprimento, **pois registra-se, no caso, a possibilidade (incontornável) de utilização idônea** de instrumento processual específico, **apto, por si só, a fazer cessar** o estado de (*suposta*) lesividade que se pretende neutralizar.



**ADPF 237 AGR / SC**

**Reconheço inadmissível, pois, sob a perspectiva do postulado da subsidiariedade, a utilização, no caso ora em exame, do instrumento processual da arguição de descumprimento de preceito fundamental.**

**Incide, na espécie, por isso mesmo, o pressuposto negativo de admissibilidade a que se refere o art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, circunstância essa que torna plenamente invocável, no caso, a cláusula da subsidiariedade, que atua – ante as razões já expostas – como causa obstativa do ajuizamento, perante esta Suprema Corte, da arguição de descumprimento de preceito fundamental.**

**Sendo assim, pelas razões expostas, e acolhendo, ainda, o parecer da douta Procuradoria-Geral da República, nego provimento ao presente recurso de agravo, mantendo, em consequência, por seus próprios fundamentos, a decisão ora agravada.**

**É o meu voto.**

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 237**

PROCED. : SANTA CATARINA

**RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO**

AGTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES

ADV.(A/S) : JEAN CHRISTIAN WEISS E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : RELATOR DO RMS N° 32.704 NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. Plenário, 28.05.2014.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Luiz Tomimatsu  
Assessor-Chefe do Plenário